

# Mais uma vez a sociedade paga a conta

A encenação montada pelo Palácio do Planalto com o propósito de dar a impressão de que realmente estava cortando despesas para garantir o cumprimento da meta de 2% do PIB para o déficit global do setor público em 1989 foi totalmente desmoralizada nesta terça-feira, quando o presidente Sarney, na calada da noite e utilizando o famigerado expediente do decreto-lei, elevou de maneira brutal o adicional do Imposto de Renda das pessoas jurídicas enquanto o ministro João Batista de Abreu fechava o Orçamento Geral da União com um déficit de 2,3% do PIB, muito superior ao que seria permitido para se chegar a um déficit operacional global de 2% do PIB nos termos do compromisso assumido pelo País com o FMI.

O ministro do Planejamento lutou até o último minuto para chegar a um déficit orçamentário de 1%, mas, após o despacho final com o presidente da República, convenceu-se de que a melhor maneira de alcançar a meta de 2% do PIB é assegurar o equilíbrio entre receita e despesa nos orçamentos dos estados e municípios, que em 1989 receberão recursos adicionais, de acordo com o que foi estabelecido pela Constituinte. O ministro também parte da hipótese excessivamente otimista de que o orçamento da Previdência Social não apresentará nenhum rombo. Dessa forma os 2% do PIB seriam apenas a soma do déficit da União com o déficit das empresas estatais.

Parece claro, portanto, que o governo só abandona o terreno das hipóteses — ou do wishfull thinking — quando dispõe sobre aumento de impostos. Af as contas oficiais se baseiam em dados concretos, pois não há dúvida que com o aumento do IR das empresas a receita líquida da União vai crescer.

Ao estabelecer alíquotas crescentes do IR sobre o lucro líquido das empresas que superar as 20 mil OTN (cerca de Cz\$ 48 milhões), o governo assume uma atitude há muito condenada nos países modernos, onde a eficiência costuma ser premiada. Aqui, de agora em diante, ela passa a ser punida. No caso das empresas que tiverem lucro entre 20 e 40 mil OTN, haverá um adicional de 5% além da alíquota normal de 35%; e para as que lucrarem mais de 40 mil OTN o adicional será de 15% (hoje ele é de 10%). No caso das empresas financeiras, que atualmente pagam a alíquota de 35% mais um adicional de 15%, esse complemento do IR será de 20%. Configura-se, dessa forma, uma verdadeira transferência compulsória de recursos das empresas privadas para o Tesouro em mais um golpe contra a eficiência, o trabalho e o sucesso.

A Secretaria do Planejamento calcula que os cortes de despesas com incentivos e subsídios somados ao aumento da receita tributária renderão cerca de 2,5% do PIB (sem essas medidas, a receita líquida da União cairia para 5% do PIB, em vez dos 7,5% do PIB esperados). A "Operação Desmonte", de acordo com declarações do ministro João Batista de Abreu, reduziu o déficit do governo central de 5,3% do PIB para 4,28% do PIB, porém no final ainda sobrou um déficit de 2,3% do PIB na proposta orçamentária.

O governo estaria pensando, ainda, em baixar outro decreto-lei modificando a tributação sobre os ganhos das empresas nas operações de open market. Essa medida renderia ao Tesouro aproximadamente 120 milhões de OTN (ou Cz\$ 288 bilhões). No conjunto, as medidas tributárias vão garantir uma arrecadação adicional de 340 milhões de OTN (Cz\$ 816 bilhões), sendo que 90 milhões de OTN serão gerados pelo aumento do IR sobre os rendimentos do capital; outros 53 milhões de OTN virão do IR das pessoas jurídicas que o governo acaba de elevar por decreto; e haverá ainda mais 73 milhões de OTN com o aumento do IR sobre os rendimentos dos fundos de curto prazo.

Diante desses números, não resta a menor dúvida de que assistiremos a um verdadeiro festival tributário promovido para obrigar os contribuintes a pagarem pelos cortes que o governo não teve coragem de fazer em suas despesas. Apesar dessa nova sangria de recursos da parte do País que trabalha e produz, será muito difícil ao governo cumprir o que prometeu ao FMI, pois trabalhar na expectativa de orçamentos equilibrados nos estados e municípios e na "nova" Previdência Social criada pela Constituinte é mesmo muito wishfull thinking, sobretudo num ano eleitoral. Mas não são estas as únicas fontes de gastos adicionais para o governo, que será obrigado a destinar pelo menos 18% da receita tributária à educação, preservar o meio ambiente, aplicar recursos na demarcação das terras indígenas etc.

Em vista desses fatos, embora não tenhamos tido acesso ao conjunto da proposta orçamentária, só um milagre fará que o governo tenha condições de controlar o processo inflacionário.

Continuaremos sem uma reforma administrativa, com funcionários públicos ociosos, cujo número vai crescer brutalmente em virtude dos programas que serão transferidos da União para os estados e municípios, mas os funcionários que neles trabalharem na Capital Federal ali permanecerão, garantidos pela nova Constituição. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen calcula em 200 mil os que passarão, por esse motivo, para o ócio remunerado.

E, como sempre acontece ao final de cada ano, a sociedade está outra vez recebendo a conta.

Ao enviar o orçamento da União para 1989 ao Congresso o governo poderia ter transmitido à sociedade uma mensagem de confiança e austeridade, mas pelo que se sabe até agora só passou mais um atestado da sua fraqueza política, que acaba definitivamente com a esperança de que algo possa mudar para melhor até o fim do seu mandato.